

# AS TRÊS MEGAFUSÕES DO AGRONEGÓCIO: OS CARRASCOS DA SOBERANIA DAS AGRICULTORAS E AGRICULTORES

*Mariam Mayet e  
Stephen Greenberg*

**Mariam Mayet** é directora executiva e fundadora do Centro Africano para a Biodiversidade (African Centre for Biodiversity, ACB).

**Stephen Greenberg** é investigador sénior e coordenador de investigação no ACB.

O ACB realiza investigação, análise, capacitação, construção de movimentos e defesa de causas e partilha informações para promover a sensibilização, catalisar acções colectivas e influenciar os processos decisórios sobre questões de biossegurança, biodiversidade agrícola e sistemas de sementes geridos pelas agricultoras e agricultores em África. O trabalho do ACB informa e amplifica as vozes dos movimentos sociais que lutam pela soberania alimentar em África.



*“Os grupos da sociedade civil de todo o mundo estão a contestar esta consolidação da hegemonia da agricultura comercial em grande escala e do agronegócio empresarial nas cadeias de valor agrícolas. Estes grupos são movidos por um forte espírito de soberania alimentar e soberania sobre as sementes e apoiam as lutas de camponesas e camponeses em todo o mundo para a construção de sistemas alimentares alternativos.”*

O sistema agrícola global é cada vez mais moldado pelas grandes empresas com base nos seus próprios interesses. Nos últimos 40 anos, assistimos a uma transferência significativa de poder dos Estados nacionais para as grandes empresas como condutoras do sistema agroalimentar global.<sup>1</sup> Esta mudança tem várias dimensões, incluindo a liberalização do comércio, a privatização, a desregulamentação e a revisão da legislação a favor dos interesses empresariais e da globalização. Tal levou a que as grandes empresas tivessem maior autoridade para ditar os sistemas de governança e para repartir os riscos dos sistemas de produção e distribuição, gerando ondas de fusões e aquisições que resultaram numa concentração do poder empresarial. Os Estados nacionais ainda têm o seu papel, mas não tanto como mediadores das relações de poder entre o capital e as populações nacionais. Os Estados estão cada vez mais subordinados à lógica da acumulação de capital, das economias de escala e da concentração de conhecimentos técnicos e financeiros. Esta época aprofundou também a financeirização do sistema de várias maneiras. Desde a génese do capitalismo, as finanças têm sido uma característica fundamental do sistema – são o óleo que lubrifica os processos de produção e distribuição. No entanto, na era contemporânea, o capital financeiro depende cada vez mais da engenharia financeira para criar produtos (como os derivados financeiros) que permitam o lucro sem investimento em processos produtivos.<sup>2</sup>

#### Agradecimentos

Agradecimentos especiais a Jennifer Clapp (Universidade de Waterloo), Stig Tanzmann (Pão para o Mundo), Philipp Mimkes (FIAN Alemanha), Karine Peschard (Instituto de Pós-Graduação em Estudos Internacionais e Desenvolvimento) e Priscilla Clayes (Universidade de Coventry e FIAN Bélgica) pelo seu apoio na revisão deste artigo.

#### Foto

Activistas resistem contra Monsanto (Córdoba, Argentina, 2015). Foto de Pablo Ernesto Piovano.

- 1 McMichael, Philip. “Global development and the corporate food regime.” *New directions in the sociology of global development*, editado por Frederick H. Buttel e Philip McMichael. Amsterdão: Elsevier, 2005.
- 2 Bryan, Dick e Michael Rafferty. “Deriving capital’s (and labour’s) future.” *Socialist Register* 47 (2010): 196–223.

É sobejamente conhecido que a liberalização do comércio promovida pelo Acordo Geral sobre Pautas Aduaneiras e Comércio (GATT, na sigla em inglês) e depois pela Organização Mundial do Comércio (OMC) expôs os produtores agrícolas, a partir de 1994, à disciplina da “concorrência” global, gerando um impulso implacável rumo às economias de escala. Este tipo distorcido de concorrência opera em condições completamente desiguais. O regime comercial da OMC é intensamente manipulado a favor dos interesses empresariais dos Estados Unidos, da Europa, do Canadá e do Japão.<sup>3</sup> Estas economias capitalistas avançadas continuam a dar enormes subsídios às empresas, o que lhes permite exportar excedentes a preços inferiores ao custo de produção, prejudicando as atividades produtivas das pequenas produções de todo o mundo. O regime comercial forçou a abertura do comércio, mesmo quando tal não é exigido através de acordos sobre o acesso mínimo ao mercado.<sup>4</sup> Os países em desenvolvimento foram despojados das ferramentas que lhes permitiriam reforçar a produção nacional e proteger setores estratégicos (como a agricultura para a produção de alimentos) – ferramentas estas que as principais economias capitalistas, em

- 3 Einarsson, Peter. "Agricultural trade policy as if food security and ecological sustainability mattered: Review and analysis of alternative proposals for the renegotiation of the WTO Agreement on Agriculture." *Globala Studier* 5 (2002).
- 4 Para mais informações sobre os impactos do regime de comércio "livre" internacional na governança dos alimentos, veja: Patnaik, Biraj. "Desigualdade ilimitada: A alimentação na mesa da OMC." *Observatório do direito à alimentação e à nutrição* (2015): 48–52. Disponível em: [www.righttofoodandnutrition.org/node/63](http://www.righttofoodandnutrition.org/node/63).
- 5 O grupo ETC (2016) cunhou recentemente um novo termo para se referir a este grupo: 'GenChem', uma combinação de genomics (genômica) e chemical (química).
- 6 Os agroquímicos englobam a proteção das culturas e os fertilizantes sintéticos, mas neste artigos utilizamos os termos "agroquímicos" e "proteção das culturas" de forma intercambiável.
- 7 ETC. "Breaking Bad: Big Ag Mega-Mergers in Play Dow + DuPont in the Pocket? Next: Demonsanto?" ETC Group Communiqué 115. (Dezembro de 2015): 4. Disponível em: [www.etcgroup.org/sites/www.etcgroup.org/files/files/etc\\_breakbad\\_23dec15.pdf](http://www.etcgroup.org/sites/www.etcgroup.org/files/files/etc_breakbad_23dec15.pdf).
- 8 Clapp, Jennifer. Bigger is not always better: Drivers and implications of the recent agribusiness megamergers. Waterloo: Universidade de Waterloo, 2017. Disponível em: [www.researchgate.net/publication/314206957\\_Bigger\\_is\\_Not\\_Always\\_Better\\_Drivers\\_and\\_Implications\\_of\\_the\\_Recent\\_Agribusiness\\_Megamergers](http://www.researchgate.net/publication/314206957_Bigger_is_Not_Always_Better_Drivers_and_Implications_of_the_Recent_Agribusiness_Megamergers).
- 9 Peries, Sharmini. "Dangers of the proposed Bayer-Monsanto merger." *The Real News Network*, 22 de setembro de 2016. Disponível em: [therealnews.com/t2/index.php?option=com\\_content&task=view&id=31&Itemid=74&jumival=17276](http://therealnews.com/t2/index.php?option=com_content&task=view&id=31&Itemid=74&jumival=17276).
- 10 Por exemplo, a Comissão de Concorrência da Índia está a avaliar o impacto, em termos de concorrência, da fusão proposta entre a Dow e a DuPont. A entidade combinada, se aprovada, poderá tornar-se a maior empresa de produtos químicos e materiais do mundo. Para mais informações, veja: Bhutani, Shalini. "Why India's Competition Commission Must Stop the Dow and DuPont Merger." *The Wire*, 13 de abril de 2017. Disponível em: [thewire.in/122855/indias-competition-commission-must-stop-dow-dupont-merger/](http://thewire.in/122855/indias-competition-commission-must-stop-dow-dupont-merger/).
- 11 Por exemplo, a *Lei da Concorrência No. 89* (1998) da África do Sul inclui objetivos de interesse público no preâmbulo, bem como no seu propósito. Estes objetivos são explicitamente detalhados em secções da lei relativas à avaliação de isenções e ao exame das fusões. No entanto, essas questões de interesse público devem surgir diretamente de novas restrições à concorrência e às escolhas resultantes da fusão proposta. Caso contrário, não são considerados pela Comissão.
- 12 Howard, Philip H. "Intellectual property and consolidation in the seed industry." *Crop Science* 55(6): 2489–2495.

épocas passadas, utilizaram para proteger e construir as suas próprias indústrias diante de concorrentes globais.

Este artigo trata de três megafusões entre empresas do agronegócio, nas áreas da biotecnologia agrícola, das sementes e dos agroquímicos. Estas fusões são indícios de processos mais amplos e das ameaças que estes representam para a participação económica, a equidade social e a sustentabilidade ecológica, bem como para a soberania alimentar e a soberania sobre as sementes.

## A FUSÃO DOS INTERESSES PRIVADOS EM PRIMEIRO LUGAR, COLOCANDO A VIDA DAS PESSOAS EM SEGUNDO PLANO

O setor comercial global de sementes e agroquímicos é dominado por seis grandes empresas: BASF, Bayer, Dow, DuPont, Monsanto e Syngenta.<sup>5</sup> Estes gigantes controlam atualmente 75% do mercado global de agroquímicos,<sup>6</sup> 63% do mercado comercial de sementes e mais de 75% de toda a investigação e desenvolvimento (I&D) no setor privado.<sup>7</sup> Esta situação de oligopólio, que já resultou na perda da autonomia camponesa e aprofundou desigualdades estruturais e danos ambientais, está prestes a piorar com três fusões que estão a ser examinadas pelas autoridades responsáveis pela regulação da concorrência no momento em que este artigo é escrito: os gigantes da indústria química dos EUA, Dow Chemical e DuPont, pretendem fundir-se; a China National Chemical Corporation (ChemChina) pretende adquirir a Syngenta; e a Bayer pretende adquirir a Monsanto.<sup>8</sup> A fusão proposta entre a Bayer e a Monsanto dará o controlo de 30% do mercado mundial de sementes comerciais e 25% dos mercados mundiais de pesticidas e herbicidas (agroquímicos) a apenas uma empresa.<sup>9</sup>

As autoridades da concorrência de 30 países estão a avaliar estas fusões.<sup>10</sup> As leis anti-*trust* e de concorrência geralmente tratam de questões específicas de concorrência em mercados segmentados e avaliam as fusões utilizando uma metodologia do tipo "primeiro a chegar, primeiro a ser servido". As autoridades da concorrência não consideram questões de interesse público, a não ser que estas estejam diretamente relacionadas com a questão da concorrência.<sup>11</sup> Estas autoridades analisam as áreas nas quais as empresas que se pretendem fundir possuem ativos em comum ou a sua quota de mercado combinada num segmento específico (por exemplo, herbicidas de largo espectro utilizados no milho). No entanto, é pouco provável que avaliem em que medida as fusões exacerbam as desigualdades sociais e os problemas ecológicos causados pela agricultura industrial. Não influi nas suas decisões o efeito que o domínio de uma plataforma tecnológica semelhante a um cartel tem nos atributos biotecnológicos, na produção de sementes e nos agroquímicos patenteados, impedindo a concorrência de tecnologias e sistemas de produção alternativos.

O licenciamento cruzado em grande escala reforça o domínio desta plataforma,<sup>12</sup> construída em torno de sementes geneticamente modificadas e híbridas e integrada com substâncias químicas específicas que não podem ser "desacopladas"; atributos, sementes e produtos químicos formam pacotes indivisíveis. As fusões darão ainda mais poder a esta plataforma, pois a I&D futura será estruturada de forma a aproveitar novas combinações de propriedade intelectual, sementes e produtos químicos disponíveis no conjunto alargado de tecnologias das entidades resultantes da fusão.

- 13 Frison, Emile A. *From uniformity to diversity: A paradigm shift from industrial agriculture to diversified agroecological systems*. IPES-FOOD, 2016. Disponível em: [www.ipesfood.org/images/Reports/UniformityToDiversity\\_FullReport.pdf](http://www.ipesfood.org/images/Reports/UniformityToDiversity_FullReport.pdf).
- 14 Para mais informações sobre estes regimes jurídicos, veja: Monsalve Suárez, Sofia, Maryam Rahmanian e Antonio Onorati. “Sementes e biodiversidade agrícola: A negligenciada espinha dorsal do direito à alimentação e à nutrição.” Observatório do direito à alimentação e à nutrição (2016): 19–23. Disponível em: [www.righttofoodandnutrition.org/node/129](http://www.righttofoodandnutrition.org/node/129).
- 15 Para mais informações sobre a expansão e o impacto do glifosato e outros agroquímicos, veja a Perspetiva “A Argentina fumigada e mal alimentada, que respira luta e caminha em busca da soberania alimentar” nesta edição do *Observatório do direito à alimentação e à nutrição*. Sobre o impacto do glifosato na saúde humana, veja: African Centre for Biodiversity, Third World Network e GM Free Latin America. “What Next After a Ban on Glyphosate – More Toxic Chemicals and GM Crops? Or the Transformation of Global Food Systems?” 30 de junho de 2015. Disponível em: [acbio.org.za/what-next-after-a-ban-on-glyphosate-more-toxic-chemicals-and-gmcrops/](http://acbio.org.za/what-next-after-a-ban-on-glyphosate-more-toxic-chemicals-and-gmcrops/).
- 16 Para mais informações sobre as lutas do campesinato pelo reconhecimento dos seus direitos, veja: Kastler, Guy. “Os direitos das e dos camponeses às sementes estão na vanguarda dos direitos humanos.” Observatório do direito à alimentação e à nutrição (2016): 24–25. Disponível em: [www.righttofoodandnutrition.org/node/129](http://www.righttofoodandnutrition.org/node/129).
- 17 “AAI, FWW and NFU urge the U.S. Department of Justice to challenge the Dow-DuPont Merger. Pending biotech merger would harm consumers and small farmers.” Food and Water Watch, 31 de maio de 2016. Disponível em: [www.foodandwaterwatch.org/news/aii-fww-and-nfu-urge-us-department-justice-challenge-dowdupont-merger](http://www.foodandwaterwatch.org/news/aii-fww-and-nfu-urge-us-department-justice-challenge-dowdupont-merger).
- 18 Centro de Informação e Desenvolvimento Alternativo (Alternative Information & Development Centre), em apoio à Campanha da África Meridional para Desmantelar o Poder Empresarial – Bloquear a Fusão Bayer/Monsanto! (Southern Africa Campaign to Dismantle Corporate Power – Stop the Bayer/Monsanto merger!) Para mais informações, veja: [www.aidc.org.za](http://www.aidc.org.za); Pedido do Centro Africano de Biodiversidade (African Centre for Biodiversity) à Comissão Sul-Africana de Concorrência (South African Competition Commission) para que não aprove a fusão Bayer/Monsanto. Para mais informações, veja: [acbio.org.za/acb-submission-competitioncommission-bayer-monsanto-merger/](http://acbio.org.za/acb-submission-competitioncommission-bayer-monsanto-merger/).
- 19 “Marriage made in hell: Opposition rises to planned agriculture mega-mergers – major threat to our food and farms, says civil society.” Friends of the Earth Europe, 27 de março de 2017. Disponível em: [www.foeurope.org/opposition-rises-planned-agriculture-mega-mergers-270317/](http://www.foeurope.org/opposition-rises-planned-agriculture-mega-mergers-270317/).

Esta estratégia de domínio tecnológico caracteriza-se fortemente pela especialização, sobretudo no que diz respeito às culturas alimentares investigadas e desenvolvidas,<sup>13</sup> o que resulta numa concentração de esforços em poucas culturas comerciais, oferecendo poucas alternativas. Tal regime elimina a inovação por parte do campesinato e de outras pessoas que trabalham em áreas rurais e converte-as em receptores passivos de inovações vindas “de cima para baixo” que favorecem os interesses empresariais privados. A proteção da propriedade intelectual – seja através de patentes ou da proteção de variedades vegetais com base na Convenção Internacional para a Proteção das Obtenções Vegetais (UPOV) – desempenha um papel fundamental na consolidação do controlo do mercado, através da propriedade, licenciamento e combinação de tecnologias, exclusivos e a longo prazo. Com isto, agricultoras e agricultores ficam aprisionados num sistema de sementes construído externamente, obrigados a utilizar marcas registadas e proibidos de exercer os seus direitos históricos de guardar, utilizar, trocar e vender sementes armazenadas nas próprias explorações agrícolas, embora estes direitos sejam reconhecidos no Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura (ITPGRFA, na sigla em inglês).<sup>14</sup>

O regime de propriedade intelectual permitiu à Monsanto construir uma plataforma tecnológica dominante baseada nas suas próprias inovações patenteadas, atributos de sementes e agroquímicos. São particularmente importantes a patente (já caducada) do herbicida glifosato,<sup>15</sup> vendido sob a marca Round Up, e milhares de patentes de atributos, sequências e processos geneticamente modificados (GM). A Monsanto conseguiu utilizar o licenciamento para controlar os processos de inovação. Todas as grandes empresas de sementes produzem com base em tecnologias licenciadas pela Monsanto. Assim, ironicamente, apesar da existência de políticas globais de concorrência, todas as empresas em processo de fusão estão também presas à plataforma tecnológica construída sobre os atributos biotecnológicos e compostos agroquímicos patenteados pela Monsanto em torno de apenas algumas culturas: milho, soja e algodão. As fusões não farão mais que reforçar o domínio imposto por esta plataforma.

## COMBATER AS FUSÕES: PLANTAR AS SEMENTES DE UMA LUTA GLOBAL

Os grupos da sociedade civil de todo o mundo estão a contestar esta consolidação da hegemonia da agricultura comercial em grande escala e do agronegócio empresarial nas cadeias de valor agrícolas. Estes grupos são movidos por um forte espírito de soberania alimentar e soberania sobre as sementes e apoiam as lutas de camponesas e camponeses em todo o mundo para a construção de sistemas alimentares alternativos.<sup>16</sup> Nos Estados Unidos, o Observatório dos Alimentos e da Água (Food & Water Watch, FWW) e a União Nacional dos Agricultores (National Farmers Union, NFU) têm questionado veementemente a fusão entre a Dow e a DuPont.<sup>17</sup> Na África do Sul, distintos grupos se opuseram ao aprisionamento dos sistemas agroalimentares numa via tecnológica baseada na grande utilização de insumos/fatores de produção e impulsionada pela rentabilidade das empresas e pelos retornos aos acionistas.<sup>18</sup> Na Europa, uma coligação de grupos que representam milhões de mulheres e homens agricultores e consumidores opõe-se a estas fusões, vistas como “um casamento feito no inferno” e representando graves ameaças para os sistemas alimentares e agrícolas da Europa.<sup>19</sup> Estima-se que, globalmente, se perderam 90 a 95% das variedades agrícolas nos últimos 100 anos e que a taxa de perda é de 2%

- 20 Coupe, Stuart e Roger Lewins. *Negotiating the Seed Treaty*. Warwickshire: Practical Action Publishing, 2007. Disponível em: [practicalaction.org/docs/advocacy/negotiatingseedtreatycoupe.pdf](http://practicalaction.org/docs/advocacy/negotiatingseedtreatycoupe.pdf).
- 21 Para mais informações sobre o papel das mulheres na preservação das sementes e da biodiversidade, veja: Pschorn-Strauss, Elfrieda. "Soberania alimentar africana: Valorizar as mulheres e as sementes que guardam." *Observatório do direito à alimentação e à nutrição* (2016): 49–51. Disponível em: [www.righttofoodandnutrition.org/node/133](http://www.righttofoodandnutrition.org/node/133)
- 22 Para mais informações sobre como camponesas e camponeses constroem a resiliência às alterações climáticas, veja o artigo "Da abordagem mercantil à centralidade da vida, uma mudança urgente para as mulheres" nesta edição do *Observatório do direito à alimentação e à nutrição*.
- 23 De Schutter, Olivier. "Addressing concentration in food supply chains: The role of competition law in tackling the abuse of buyer power." *Briefing Note* (2010). Disponível em: [www.srfood.org/en/briefing-note-addressingconcentration-in-food-supply-chains](http://www.srfood.org/en/briefing-note-addressingconcentration-in-food-supply-chains).
- 24 Keith Fuglie *et al.*, "Rising concentration in agricultural input industries influences new farm technologies." *United States Department of Agriculture Economic Research Service*, 3 de dezembro de 2012. Disponível em: [www.ers.usda.gov/amber-waves/2012/december/rising-concentration-in-agricultural-input-industries-influences-new-technologies/](http://www.ers.usda.gov/amber-waves/2012/december/rising-concentration-in-agricultural-input-industries-influences-new-technologies/).
- 25 ACB. "African Centre for Biodiversity's submission to the South African Competition Commission on Bayer-Monsanto merger." ACB, 14 de março de 2017. Disponível em: [acb.org.za/acb-submission-competitioncommission-bayer-monsanto-merger/](http://acb.org.za/acb-submission-competitioncommission-bayer-monsanto-merger/).
- 26 Para mais informações sobre o papel das camponesas e camponeses na preservação das sementes e da biodiversidade agrícola, e como este deveria estar associado ao direito à alimentação e à nutrição adequadas, veja: Monsalve Suárez, Sofia, *supra* nota 14.

por ano.<sup>20</sup> Isto tem um enorme impacto na resiliência e nos direitos das agricultoras e agricultores e é ecologicamente insustentável, uma vez que os programas de sementes híbridas e geneticamente modificadas oferecidos por estas entidades em processo de fusão aplicam-se apenas a poucas culturas comerciais. Em África, na Ásia e na América Latina, nomeadamente, o campesinato e a produção de pequena escala – especialmente as mulheres – continuam a desempenhar um papel central na manutenção e no reforço da biodiversidade agrícola.<sup>21</sup> No entanto, a expansão das empresas para a proteção das sementes, da saúde do solo e das culturas está a eliminar essa diversidade. Isto representa uma grave ameaça para o futuro a longo prazo da produção agrícola ligada a uma base natural. As utopias tecnológicas, como a biologia sintética, que sonham em substituir os processos naturais de produção de alimentos, apenas aumentarão as disparidades entre, por um lado, os ricos nos seus enclaves, e, por outro, as pessoas privadas de acesso aos recursos necessários para se reproduzir a si mesmas e às suas comunidades. Enquanto o controlo e o acesso às tecnologias estiverem nas mãos de interesses privados, cada nova onda tecnológica irá aprofundar as crises sociais e ecológicas.

Para as camponesas e camponeses, o verdadeiro desafio é aumentar a diversidade e reforçar a resiliência às alterações climáticas.<sup>22</sup> Estas comunidades precisam de abordagens holísticas para a gestão das pragas e variedades diversificadas, adaptadas ao ambiente local, que possam guardar e reutilizar sem pagar *royalties*. As populações camponesas e consumidoras (e os nossos ecossistemas) também precisam de uma variedade de culturas, tanto para mitigar os riscos em condições agrícolas desfavoráveis como para assegurar uma base nutricional adequada e diversificada.

As repercussões económicas da concentração avançam de forma ainda mais insidiosa sobre o campesinato e as comunidades rurais. Como explicou a Relatora Especial das Nações Unidas sobre o Direito à Alimentação, as agricultoras e agricultores de pequena escala produzem 70% dos alimentos consumidos em todo o mundo, mas são tradicionalmente os participantes menos competitivos da cadeia de valor dos alimentos.<sup>23</sup> O maior poder de mercado de poucas empresas e o declínio da investigação no setor público – consequência das políticas económicas extrativistas neoliberais e da consequente concentração – resultam numa situação em que camponesas e camponeses pagam preços mais elevados pelas sementes empresariais, enquanto as empresas incluem o custo dos seus investimentos em I&D nos produtos que vendem.<sup>24</sup>

O aumento dos preços das sementes também resulta de atributos transgênicos combinados, com taxas tecnológicas e *royalties* sobre as sementes cada vez mais elevados. As fusões gerarão mais sementes com atributos combinados, a preço elevado para os agricultores. Os preços das sementes representam uma parcela considerável dos preços dos fatores de produção, especialmente para o campesinato e para a agricultura de pequena escala. Os seus clientes são, frequentemente, populações pobres em áreas rurais, que serão as mais atingidas por aumentos nos preços das sementes e fatores de produção, em função do consequente aumento nos preços dos alimentos.<sup>25</sup>

## CHEGOU A HORA DE RECUPERAR A SOBERANIA ALIMENTAR E A SOBERANIA SOBRE AS SEMENTES DAS CAMPONESAS E CAMPONESES

Em resumo, estas fusões irão expor camponesas e camponeses aos impactos dos preços das sementes e limitar a variedade de sementes a que têm acesso, além de



- 27 Marcos Ezequiel Filardi é advogado especializado em direitos humanos e soberania alimentar, coordenador do Seminário sobre o Direito à Alimentação Adequada da Faculdade de Direito da Universidade de Buenos Aires (UBA), professor da Cátedra Livre de Soberania Alimentar da Escola de Nutrição da UBA e membro de Advogadxs em Rede para a Soberania Alimentar dos Povos. Agradecimentos especiais a Medardo Ávila Vázquez (Rede Universitária de Ambiente e Saúde, Médicos de Comunidades Fumigadas), Alicia Alem (Movimento Agroecológico da América Latina e Caraíbas, MAELA), Peter Clausing (Rede de Ação em Pesticidas, PAN Alemanha) e Karine Peschard (Instituto de Pós-Graduação em Estudos Internacionais e Desenvolvimento) pelo seu apoio na revisão deste texto.
- 28 Svampa, Maristella e Enrique Viale. *Maldesarrollo. La Argentina del extractivismo y el despojo*. Buenos Aires: Katz Editores, 2014; veja também Aranda, Dario. *Tierra Arrasada. Petróleo, soja, pasteras y megaminería. Radiografía de la Argentina del Siglo XXI*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2015.
- 29 Eleisegui, Patricio. *Envenenados: una bomba química nos extermina en silencio*. Buenos Aires: Editorial Wu Wei, 2013. pp. 26–34.
- 30 Newell, Peter. *Bio-Hegemony: The Political Economy of Agricultural Biotechnology in Argentina*. *Journal of Latin American Studies* 41:1 (2009): 27–57; veja também Motta, Renata. *Social Mobilization, Global Capitalism and Struggles over Food: A Comparative Study of Social Movements*. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2016. p. 190.
- 31 Veja a imagem da publicidade da Syngenta disponível em: GRAIN. *La República Unida de la Soja Recargada*. 12 de junho de 2013. [www.grain.org/es/article/entries/4739-la-republica-unida-de-la-soja-recargada](http://www.grain.org/es/article/entries/4739-la-republica-unida-de-la-soja-recargada).
- 32 Para mais informações, veja: [www.agroindustria.gob.ar/sitio/areas/biotecnologia/oqm/](http://www.agroindustria.gob.ar/sitio/areas/biotecnologia/oqm/).
- 33 Sández, Fernanda. *La Argentina Fumigada, Agroquímicos, enfermedad y alimentos en un país envenenado*. Buenos Aires: Grupo Planeta. p. 11.
- 34 Veja as estatísticas da Câmara de Saúde Agropecuária e Fertilizantes (CASAFE), em: [www.casafe.org/publicaciones/estadisticas/](http://www.casafe.org/publicaciones/estadisticas/).
- 35 Rulli, Jorge E. *Pueblos Fumigados. Los efectos de los plaguicidas en las regiones sojeras*. Buenos Aires: Del Nuevo Extremo, 2009.
- 36 Barruti, Soledad. *Malcomidos: Cómo la industria alimentaria argentina nos está matando*. Buenos Aires: Grupo Planeta, 2013; veja também Yahdjian, Juan. *Somos Naturaleza. Misiones, salud y vida*. Eldorado: Th Barrios Rocha Ediciones, 2015; e Instituto Nacional de Tecnología Agropecuária (INTA). *Los Plaguicidas agregados al suelo y su destino en el ambiente*. Buenos Aires: INTA Ediciones, 2015. Disponível em: [inta.gob.ar/sites/default/files/inta\\_plaguicidas\\_agregados\\_al\\_suelo\\_2015.pdf](http://inta.gob.ar/sites/default/files/inta_plaguicidas_agregados_al_suelo_2015.pdf).

prejudicar ainda mais os contributos das mulheres – como guardiãs das sementes – para a soberania alimentar e a soberania sobre as sementes. À medida que são disponibilizados cada vez menos recursos para métodos alternativos de proteção das sementes e das culturas, mais adaptados ao contexto, as agricultoras e agricultores de pequena escala acabarão por ficar às margens, incapazes de concorrer na escala necessária para justificar as despesas associadas à adoção de pacotes tecnológicos predominantes.

Devemos, portanto, exigir que os Estados tomem decisões políticas para impedir estas fusões. É fundamental que os Estados cumpram as suas obrigações relativas aos direitos humanos, adotando políticas e leis que reconheçam e protejam os direitos das camponesas e camponeses, como discutido atualmente nas negociações sobre uma Declaração da ONU sobre os Direitos do Campesinato e de Outras Pessoas que Trabalham em Áreas Rurais.<sup>26</sup> Os Estados devem assegurar o papel central de camponesas e camponeses em programas que promovam e desenvolvam uma variedade de recursos e métodos de produção, adequados às suas condições, e que apoiem as suas próprias capacidades para recuperar e utilizar as variedades de sementes indígenas e manter e reforçar a biodiversidade agrícola. O campesinato está numa posição ideal para exercer esse papel.

### PERSPETIVA 7.1 A Argentina fumigada e mal alimentada, que respira luta e caminha em busca da soberania alimentar Marcos Ezequiel Filardi<sup>27</sup>

Desde os primórdios da Argentina, no século XIX, que a classe dominante inaugurou um modelo agropecuário exportador e extractivista, que se alimentou da desapropriação, da perda de direitos e da desvalorização e destruição parcial do campesinato e dos povos originários. No entanto, nos últimos 20 anos, as consequências negativas deste modelo foram exacerbadas por uma série de fatores, tais como o “consenso das *commodities*”, a expansão da agricultura industrial baseada em monoculturas, os organismos geneticamente modificados e agrotóxicos,<sup>28</sup> o agronegócio destinado à exportação e a indústria dos supermercados.

### UM LABORATÓRIO A CÉU ABERTO DE ORGANISMOS GENETICAMENTE MODIFICADOS E AGROTÓXICOS

A soja resistente ao glifosato foi autorizada na Argentina muito rapidamente: bastaram três meses no verão de 1996, um documento de 135 páginas e um relatório da empresa Monsanto.<sup>29</sup> À exceção de algumas vezes críticas, a introdução dos organismos geneticamente modificados não encontrou grande resistência no início, representando um exemplo claro do processo conhecido como “biohegemonia”.<sup>30</sup>

Atualmente, ocupa 60% da superfície cultivada no país, transformando a Argentina numa província daquilo que a Syngenta denominou de “República Unida da Soja”.<sup>31</sup>

Nos últimos 20 anos, a Comissão Nacional Consultora de Biotecnologia Agropecuária (CONABIA) concedeu autorização comercial a 41 variedades transgênicas de soja, milho, algodão e batata, das quais 38 contêm, toleram ou resistem a diferentes agrotóxicos.<sup>32</sup>

O modelo de utilização intensiva de agrotóxicos não se limita às culturas transgênicas, estendendo-se a praticamente todas as produções agrícolas. Até

- 37 Veja, entre outros: Carrasco, Andrés, Norma Sánchez e Liliana Tamagno. *Modelo agrícola e impacto socio-ambiental en la Argentina: monocultivo y agronegocios*. La Plata: AUGM, 2012. Disponível em: [unlp.edu.ar/bitstream/handle/10915/24722/Documento\\_completo\\_.pdf?sequence=3](http://unlp.edu.ar/bitstream/handle/10915/24722/Documento_completo_.pdf?sequence=3); Sarandón, Estanislao. *Externalidades sociales y ambientales de la producción de soja en Argentina: los costos ocultos del modelo*. Tese apresentada na Universidade de Georgetown, Washington, 2015. Disponível em: [repositorio.library.georgetown.edu/handle/10822/1029909](http://repositorio.library.georgetown.edu/handle/10822/1029909); os relatórios da Rede de Médicos de Comunidades Fumigadas. Disponíveis em: [reduas.com.ar/](http://reduas.com.ar/); os resultados dos Acampamentos Sanitários do Instituto de Saúde Socioambiental da Universidade Nacional de Rosario. Disponíveis em: [www.fcmm.unr.edu.ar/index.php/es/campamentos-sanitarios](http://www.fcmm.unr.edu.ar/index.php/es/campamentos-sanitarios); *Agrotóxicos, evaluación de riesgos, salud y alimentos en Argentina*. Contribuição da sociedade civil argentina para o questionário da Relatora Especial das Nações Unidas para o Direito à Alimentação e do Relator Especial sobre as implicações para os direitos humanos da gestão e eliminação ecologicamente racionais de substâncias e resíduos perigosos. Disponível em: [www.ohchr.org/Documents/Issues/ToxicWastes/PesticidesRtoFood/Argentina.pdf](http://www.ohchr.org/Documents/Issues/ToxicWastes/PesticidesRtoFood/Argentina.pdf); e estudos do Grupo de Genética e Mutagenese Ambiental (GEMA) da Universidade de Río Cuarto (UNRC).
- 38 Nos últimos 20 anos, desapareceram mais de 100.000 produtoras e produtores da agricultura familiar, camponesa e indígena e, como consequência, o censo populacional de 2010 registou que 94% da população do país é urbana, observando-se um aumento dos aglomerados informais na periferia das grandes cidades.
- 39 Um relatório da FAO coloca a Argentina entre os 10 países que mais desflorestaram nos últimos 25 anos: perderam-se 7,6 milhões de hectares, a um ritmo de 300.000 hectares por ano. Veja *Deforestación en el norte de Argentina: Informe Anual 2016*. Buenos Aires: Greenpeace, janeiro de 2017. p. 3. Disponível em: [www.greenpeace.org/argentina/Global/argentina/2017/1/Deforestacion-norte-Argentina-Anual-2016.pdf](http://www.greenpeace.org/argentina/Global/argentina/2017/1/Deforestacion-norte-Argentina-Anual-2016.pdf).
- 40 No momento da revisão final deste artigo, em abril de 2016, cinco províncias argentinas estão inundadas. Sobre a relação entre a cultura da soja e as inundações, veja Behrends Kraemer, Filipe et al. *Desplazamiento de la ganadería por la agricultura en una cuenca de La Pampa ondulada: efectos sobre el escurrimiento superficial y erosión hídrica*. *Ciencia Suelo* (Argentina) 31(1) (2013): 83–92. Disponível em: [www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci-artext&pid=S1850-20672013000100008](http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci-artext&pid=S1850-20672013000100008); veja também Bertram, Nicolás e Chiacchiera Sebastián. *Ascenso de napas en la Región Pampeana: ¿consecuencia de los cambios en el uso de la tierra?*. INTA EEA Marcos Juárez (2013). Disponível em: [inta.gob.ar/sites/default/files/script-tmp-inta\\_napas\\_mjz\\_13.pdf](http://inta.gob.ar/sites/default/files/script-tmp-inta_napas_mjz_13.pdf).
- 41 Pengue, Walter A. *Cultivos Transgénicos, ¿hacia dónde fuimos? Veinte años después de la liberación de soja en la Argentina*. Buenos Aires, 4 de janeiro de 2017. Disponível em: [www.biodiversidadla.org/Portada\\_Principal/Recomendamos/Cultivos\\_transgenicos\\_hacia\\_donde\\_fuimos\\_Veinte\\_anos\\_despues\\_de\\_la\\_liberacion\\_de\\_soja\\_en\\_la\\_Argentina](http://www.biodiversidadla.org/Portada_Principal/Recomendamos/Cultivos_transgenicos_hacia_donde_fuimos_Veinte_anos_despues_de_la_liberacion_de_soja_en_la_Argentina).

dezembro de 2016, havia 4.727 fórmulas comerciais autorizadas, 249 das quais aprovadas só no último ano, resultando num volume de negócios anual de mais de 3000 milhões de dólares.<sup>33</sup>

Entre 2003 e 2015, o consumo de agrotóxicos aumentou 850%, passando, no caso do glifosato, de 3 kg por hectare por ano em 2003 para 11,7 kg por hectare por ano em 2015. Nesse período, foram pulverizados, em total, 360 milhões de kg de agrotóxicos por 30 milhões de hectares.<sup>34</sup>

Como resultado, entre 12 e 15 milhões de pessoas são expostas diariamente à pulverização de agrotóxicos em diferentes zonas de todo o país, passando estas a ser conhecidas por “comunidades fumigadas”.<sup>35</sup> Porém, o uso de agrotóxicos afeta a todos os 42 milhões de habitantes da Argentina através da contaminação da água, do ar, do solo, do leite materno e das frutas, verduras e alimentos ultraprocessados nos quais são detetados cada vez mais resíduos de pesticidas.<sup>36</sup>

Muitas organizações de direitos humanos, ambientais e acadêmicas, além de cientistas que fazem “ciência digna”, têm denunciado e demonstrado um aumento, nas comunidades fumigadas, de danos genéticos e doenças crônicas não transmissíveis associadas à exposição ambiental constante a agrotóxicos, como cancro, malformações, distúrbios do sistema endócrino, distúrbios neurodegenerativos, infertilidade, abortos e doenças respiratórias e de pele.<sup>37</sup>

## UM MODELO QUE VIOLA OS DIREITOS HUMANOS E DESTRÓI A SOBERANIA ALIMENTAR E OS BENS NATURAIS COMUNS

Além do mais, este sistema agroalimentar dominante na Argentina agrava o deslocamento forçado do campesinato e dos povos originários e provoca maior concentração, usurpação e estrangeirização das terras,<sup>38</sup> desflorestamento,<sup>39</sup> inundações,<sup>40</sup> degradação dos solos e desertificação,<sup>41</sup> destruição dos pântanos e florestas, perda de biodiversidade e aumento das emissões de dióxido de carbono que contribuem para as alterações climáticas.<sup>42</sup>

Este modelo impede o exercício pleno do direito humano à alimentação e à nutrição adequadas e o exercício pleno da soberania alimentar. Em primeiro lugar, não se garante a *disponibilidade* interna de alimentos, a partir do momento em que se prioriza o mercado externo de *commodities* e se elimina, desloca ou marginaliza a produção de alimentos para a população local. Em segundo lugar, a menor oferta local de alimentos, juntamente com o alto grau de concentração econômica em toda a cadeia agroalimentar, os altos níveis de desemprego, pobreza e indigência e a falta de um sistema de segurança social integral afetam o acesso à alimentação por parte de grandes setores da população, que padecem, conseqüentemente, de fome e desnutrição. Em terceiro lugar, a oferta de calorias baratas e nutrientes caros, de alimentos (incluindo água) contaminados com agrotóxicos e metais pesados, a intensificação forçada da produção de outros alimentos (animais alimentados com cereais derivados de organismos geneticamente modificados, que contêm resíduos de agrotóxicos, hormonas e antibióticos) e o excesso de oferta de objetos comestíveis ultraprocessados, ricos em gorduras, açúcar, sal e aditivos, prejudicam a *adequação* da alimentação, provocando desnutrição, excesso de peso, obesidade<sup>43</sup> e doenças crônicas não transmissíveis relacionadas com a alimentação. Por fim, a destruição dos bens naturais comuns afeta a *sustentabilidade* da alimentação, pondo em risco o exercício desse direito por parte das gerações presentes e futuras.

- 42 GRAIN. *El Gran Robo del Clima. Por qué el sistema alimentario es motor de la crisis climática y qué podemos hacer al respecto*. GRAIN, 2016. Disponível em: [www.grain.org/es/article/entries/5408-el-gran-robo-del-clima-por-que-el-sistema-agroalimentario-es-motor-de-la-crisis-climatica-y-que-podemos-hacer-al-respecto](http://www.grain.org/es/article/entries/5408-el-gran-robo-del-clima-por-que-el-sistema-agroalimentario-es-motor-de-la-crisis-climatica-y-que-podemos-hacer-al-respecto).
- 43 O último Estudo Nacional de Fatores de Risco revelou que 60% da população adulta da Argentina sofre de excesso de peso e 30% de obesidade; 35% das crianças e adolescentes sofrem de excesso de peso.
- 44 Para uma análise das relações entre as empresas químicas e altos funcionários do governo nacional, veja *Ley de Semillas: Del campo al plato, el lobby de las empresas químicas*. Greenpeace, março de 2017. Disponível em: [www.greenpeace.org/argentina/Global/argentina/2017/5/INFORME-Ley-de-semillas-50-vinculos-entre-el-Gob-y-las-agroquimicas.pdf](http://www.greenpeace.org/argentina/Global/argentina/2017/5/INFORME-Ley-de-semillas-50-vinculos-entre-el-Gob-y-las-agroquimicas.pdf).
- 45 Entre outros, o Movimento Nacional Camponês Indígena (MNCI), a Via Campesina e a Confederação de Trabalhadores da Economia Popular (CTEP). Para mais informações, veja: [mnci.org.ar/](http://mnci.org.ar/) e [ctepargentina.org/](http://ctepargentina.org/).
- 46 Para mais informações, veja: [reduas.com.ar/](http://reduas.com.ar/).
- 47 Para mais informações, veja: [aboaqadspueblosfumigados.blogspot.com.ar/](http://aboaqadspueblosfumigados.blogspot.com.ar/).
- 48 Para mais informações, veja: [www.fcni.unr.edu.ar/index.php/es/campamentos-sanitarios](http://www.fcni.unr.edu.ar/index.php/es/campamentos-sanitarios).
- 49 As Cátedras Livres de Soberania Alimentar (CALISAS) são mais de 15 espaços dentro de universidades públicas nacionais que trabalham em rede promovendo a discussão sobre o modelo alimentar dominante e contribuindo para a construção coletiva de outro modelo baseado na soberania alimentar. Veja De Gorban, Miryam K. (editora). *Seguridad y Soberanía Alimentaria*. Buenos Aires. Editorial Akadia, 2013. Veja também, entre outros: [calisanutricionuba.blogspot.com.ar/](http://calisanutricionuba.blogspot.com.ar/); [catedralibredesoberaniaalimentaria.blogspot.com.ar/](http://catedralibredesoberaniaalimentaria.blogspot.com.ar/); [www.unlp.edu.ar/articulo/2017/5/6/catedra-libre-de-soberania-alimentaria-cls-unlp-derechoalaalimentacion.org/](http://www.unlp.edu.ar/articulo/2017/5/6/catedra-libre-de-soberania-alimentaria-cls-unlp-derechoalaalimentacion.org/).
- 50 Grupos de cidadãos e cidadãs autoconvocados que se reúnem para enfrentar coletivamente os problemas ambientais que os afetam. Para mais informações, veja: [asambleasciudadanas.org.ar/](http://asambleasciudadanas.org.ar/).
- 51 Cada vez mais estabelecimentos no país abraçam a agroecologia nas suas diversas formas. Veja: [www.pagina12.com.ar/22670-una-red-por-la-agroecologia](http://www.pagina12.com.ar/22670-una-red-por-la-agroecologia).
- 52 Para mais informações, veja: [www.argentina.org.ar/pdf/LasferiasdeAgricultura.pdf](http://www.argentina.org.ar/pdf/LasferiasdeAgricultura.pdf).
- 53 Para mais informações, veja: [ecoalimentate.org.ar/](http://ecoalimentate.org.ar/).
- 54 Grupo de mães na comunidade de Ituzaingó Anexo, na província de Córdoba, que se reuniram, organizaram e promoveram com êxito o primeiro processo penal relativo à utilização de agrotóxicos no país. Veja Broccoli, Ana. *The Other Mothers and the fight against GMO's in Argentina*, em: Shiva, Vandana (editora). *Seed Sovereignty, Food Security: Women in the Vanguard of the Fight Against GMOs and Corporate Agriculture*. Berkeley. North Atlantic Books, 2016.
- 55 A Monsanto pretendia ali construir a maior unidade de classificação de sementes de milho da América do Sul, com o apoio dos governos nacional, provincial e municipal. A comunidade de Malvinas Argentinas organizou-se e conseguiu resistir à instalação, até que a Monsanto decidiu abandonar as operações nesse local e vender o prédio. Este foi um marco histórico na luta socioambiental na Argentina.

## AQUI, RESPIRA-SE LUTA E IMAGINAM-SE E CONSTROEM-SE COLETIVAMENTE OUTROS MUNDOS POSSÍVEIS

O Estado em todos os seus níveis, atravessado pelos interesses de quem sustenta, legítima ou beneficia do sistema agroalimentar dominante (empresas de cereais e sementes, produtoras e distribuidoras de agrotóxicos, as indústrias química, alimentar, farmacêutica, petrolífera e financeira, empresas de transporte e logística e supermercados)<sup>44</sup>, não cumpre as suas obrigações de respeitar, garantir e adotar medidas para concretizar os direitos humanos à vida, à alimentação e à nutrição adequadas, à água, à saúde e a um ambiente saudável, bem como os direitos das crianças na Argentina.

No entanto, a resistência ao modelo agroalimentar dominante e a construção coletiva de outros mundos possíveis ganham cada vez mais força. O fortalecimento e organização dos povos originários e dos movimentos camponeses e sociais;<sup>45</sup> a Rede de Médicos<sup>46</sup> e Advogadxs de Comunidades Fumigadas;<sup>47</sup> os acampamentos socioambientais da Universidade Nacional de Rosario;<sup>48</sup> a Rede de Cátedras Livres de Soberania Alimentar e coletivos afins;<sup>49</sup> as assembleias socioambientais;<sup>50</sup> a crescente sensibilização para as consequências do modelo dominante; a formação da Rede Nacional de Municípios e Comunidades que fomentam a Agroecologia;<sup>51</sup> a multiplicação das feiras do produtor ao consumidor,<sup>52</sup> os mercados populares, as cooperativas e cadeias de comércio justo;<sup>53</sup> o aumento de jovens neo-rurais em todo o país; a luta das mães de Ituzaingó Anexo;<sup>54</sup> a expulsão da Monsanto do município de Malvinas Argentinas, na província de Córdoba, como consequência dos protestos sociais;<sup>55</sup> as mobilizações, cada vez mais numerosas, em defesa dos bens naturais comuns;<sup>56</sup> a forte presença de argentinas e argentinos e a elaboração de um capítulo argentino no Tribunal Internacional Monsanto;<sup>57</sup> a Multissectorial contra a Lei “Monsanto” das Sementes,<sup>58</sup> entre tantas outras coisas, são a expressão de um povo que desperta, caminha e luta pelo bem-estar e pela soberania alimentar.

### PERSPETIVA 7.2 Lactalis, o gigante que atropela os direitos do campesinato Victor Pereira e Federica Sperti<sup>59</sup>

Em 2011, o grupo francês Lactalis assumiu o controle da gigante italiana Parmalat e dos seus mais de 70.000 trabalhadoras e trabalhadores, consolidando-se assim como líder mundial na indústria dos produtos lácteos. Posteriormente, em 2016, o grupo fez uma oferta pública para adquirir as ações da Parmalat. Ao mesmo tempo, sucediam-se as aquisições de empresas por todo o mundo (Tirumala Milk na Índia,<sup>60</sup> AK Gida na Turquia, Batavo e Elegê no Brasil, Esmeralda no México e Lactalis na Europa Oriental).<sup>61</sup> O presente artigo pretende denunciar as graves consequências das atividades de empresas transnacionais, como a Lactalis, na vida de quem trabalha na produção de leite e do campesinato, nomeadamente em Itália e França.<sup>62</sup>

Só em Itália, o grupo Lactalis engloba cinco grandes empresas (Parmalat, Locatelli, Invernizzi, Galbani e Cadermartori), detendo 33% do mercado tradicional de leite italiano, o que representa 34% do setor de queijo mozzarella, 37% do setor de queijos frescos e 49,8% do setor de queijo ricota.<sup>63</sup> Em França, a Lactalis é a segunda maior empresa do setor agroalimentar (20% do mercado nacional de produtos frescos, 18% do de leite de consumo e 15% do de manteiga), continuando a crescer todos os anos. No entanto, esta lógica baseada no lucro e na expansão dos mercados ocorre em detrimento das pequenas produções locais de leite e prejudica a qualidade



- 56 Vinte mil pessoas reuniram-se com alegria na Cidade de Córdoba em defesa dos 3% de bosques nativos ainda conservados na província.
- 57 Para mais informações, veja: [www.biodiversidadla.org/Principal/Coberturas/especiales/Tribunal\\_Internacional\\_Monsanto](http://www.biodiversidadla.org/Principal/Coberturas/especiales/Tribunal_Internacional_Monsanto).
- 58 Conjunto de organizações que se reuniram para resistir à ofensiva de privatização das sementes no país. Para mais informações, veja: [www.biodiversidadla.org/Autores/Multisectorial\\_contra\\_la\\_Ley\\_Monsanto\\_de\\_Semillas](http://www.biodiversidadla.org/Autores/Multisectorial_contra_la_Ley_Monsanto_de_Semillas).
- 59 Victor Pereira é consultor nacional da seção “leite” da Confederação Camponesa, membro francês da Coordenação Europeia da Via Campesina (ECVC). Federica Sperti trabalha para o Centro Internacional Crocevia, em particular em campanhas europeias e no setor ligado à pecuária e aos mercados a nível europeu e mundial. Agradecimentos especiais a Mauro Conti (Centro Internacional Crocevia), Priscilla Claeys (Universidade de Coventry e FIAN Bélgica), Karine Peschard (Instituto de Pós-Graduação em Estudos Internacionais e Desenvolvimento) e Antonio Onorati (Centro Internacional Crocevia) pelo seu apoio na revisão deste texto.
- 60 Sukumar, Cr e Kumar, Arun, “Le Groupe Lactalis of France to purchase Tirumala Milk Products for \$275 mn”, *The Economic Times*, 8 de janeiro de 2014. Disponível em: [economictimes.indiatimes.com/industry/cons-products/food/le-groupe-lactalis-of-france-to-purchase-tirumala-milk-products-for-275-mn/articleshow/28521819.cms?intencarqet=no](http://economictimes.indiatimes.com/industry/cons-products/food/le-groupe-lactalis-of-france-to-purchase-tirumala-milk-products-for-275-mn/articleshow/28521819.cms?intencarqet=no)
- 61 Para mais informações, veja: [www.lactalis.fr/le-groupe/chiffres-cles/](http://www.lactalis.fr/le-groupe/chiffres-cles/). Veja também: Mitrofanoff, Kira, “Comment Lactalis s’impose comme le n°1 mondial des produits laitiers devant Nestlé et Danone”, *Challenges*, 10 de janeiro de 2014. Disponível em: [www.challenges.fr/entreprise/comment-le-francais-lactalis-s-impose-comme-le-n-1-mondial-des-produits-laitiers-devant-nestle-et-danone\\_125113](http://www.challenges.fr/entreprise/comment-le-francais-lactalis-s-impose-comme-le-n-1-mondial-des-produits-laitiers-devant-nestle-et-danone_125113).
- 62 Casalegno, Elsa e Laske, Karl, *Les cartels du lait: Comment ils remodelent l’agriculture et précipitent la crise*, Paris: Don Quichotte, (2016): 54–58.
- 63 Coldiretti, “Latte: Coldiretti, 1/3 mercato italiano in mano a francese Lactalis”. Disponível em: [www.coldiretti.it/News/Pagine/824---13-Novembre-2015.aspx](http://www.coldiretti.it/News/Pagine/824---13-Novembre-2015.aspx).
- 64 O grupo Lactalis foi contactado com a requisição para reagir em relação ao conteúdo deste artigo em 10 de julho de 2017, caso entendesse necessário.
- 65 O Pacote “Leite” é um regulamento europeu destinado a permitir que as produtoras e produtores se reúnam em organizações de produtores para negociar o preço do leite em melhores condições, depois da eliminação das quotas. Para mais informações, veja: [ec.europa.eu/agriculture/milk/milk-package\\_pt](http://ec.europa.eu/agriculture/milk/milk-package_pt).
- 66 O autor e autora deste artigo possuem cópias dos contratos de fornecimento de leite, contendo as alegadas cláusulas abusivas. Estes contratos foram analisados quando da verificação da informação contida neste artigo.
- 67 Confederação Camponesa, “Lactalis: Le saigneur et les paysans”, 30 de janeiro de 2017. Disponível em: [www.confederationpaysanne.fr/actu.php?id=5492](http://www.confederationpaysanne.fr/actu.php?id=5492).

do produto final consumido pela população.<sup>64</sup> De facto, a constante redução dos preços pagos a produtoras e produtores obriga-os a industrializar a criação de gado e a forçar as vacas a produzir muito mais do que o seu potencial natural, artificializando a produção e degradando as qualidades naturais do leite.

A Lactalis sempre aplicou uma política de aprovisionamento baseada numa forte dependência de produtoras e produtores “empenhados na política da empresa”, graças, nomeadamente, à disponibilização de cisternas e às associações de produtores “da casa” (isto é, organizações de produtoras e produtores criadas pelo comprador industrial), com contrato de exclusividade com a empresa. Para além deste clientelismo, a Lactalis mantém as pessoas responsáveis pela criação e fornecimento sob a sua alçada utilizando métodos de intimidação. Os contratos implementados em 2012 com a política europeia do Pacote “Leite”<sup>65</sup> acentuaram a submissão de produtoras e produtores e a sua dependência económica em relação às centrais leiteiras. A Lactalis, conhecida pela dureza das políticas que aplica a trabalhadoras e trabalhadores das suas próprias fábricas, aproveitou a oportunidade para incluir cláusulas abusivas nos contratos de fornecimento de leite, incluindo a proibição de prejudicar a imagem da empresa.<sup>66</sup>

Em Itália, o grupo francês reduziu os valores pagos a fornecedores de leite, quando estes pediam que o preço pago fosse pelo menos proporcional aos custos de produção, que variam de 0,38 a 0,41 euros por litro. Até chegar à prateleira, o preço do leite fresco pode até quadruplicar. A diferença entre o preço pago pela população consumidora italiana e o pago às produtoras e produtores de leite é a mais elevada da Europa.

Em França, foi também com base nas suas cláusulas próprias, nomeadamente a que diz respeito à proteção da imagem da empresa, que a Lactalis rescindiu recentemente os contratos com cinco produções. O grupo acusa-as de terem divulgado as práticas<sup>67</sup> da empresa durante uma reportagem sobre o império Lactalis e o seu Diretor Executivo, Emmanuel Besnier, num programa chamado *Enviado Especial*.<sup>68</sup> “Podem discordar da nossa política de aprovisionamento do leite, mas esta continua a ser da nossa responsabilidade e não pode, de forma alguma, ser objeto de tal difamação”, escreveram numa carta “explicativa” enviada a um dos criadores.<sup>69</sup> Foi dado um pré-aviso de doze meses<sup>70</sup> às cinco produções em causa.

“Qual é o futuro da defesa das produtoras e produtores neste contexto?”, pergunta a Confederação Camponesa,<sup>71</sup> avaliando que “chegou finalmente a hora de ouvirem as nossas exigências para as organizações de produtoras e produtores que defendem e protegem realmente o campesinato”. Por seu lado, as cinco produções encontraram uma solução: venderão o seu leite à Laiterie Saint-Denis L’Hôtel (LSDH), que será comercializado sob a marca “Quem é o patrão?”. Em Itália, face ao monopólio quase absoluto da Lactalis, uma pequena cooperativa produz e comercializa o “Leite bom e honesto” (*Latte buono e onesto*),<sup>72</sup> oferecendo uma melhor remuneração às produtoras e produtores. Para além destas ações, só uma mudança global no sistema permitirá uma transição positiva para todas as produtoras e produtores de leite, nomeadamente através da regulamentação pública do mercado.

Além disso, a queda na remuneração de produtoras e produtores e as rescisões de contratos pela Lactalis, como nos casos italiano e francês mencionados acima, não deixam de ser situações graves. Segundo o sindicato italiano Coldiretti, o desequilíbrio contratual entre as partes permite abusos da indústria, com a imposição de condições excessivamente duras às produtoras e produtores de leite. É preciso lembrar que o preço pago pelo grupo em 2016 foi excessivamente baixo, calculado até ao último

cêntimo pelo da enorme “cooperativa” Sodiaal. Isto demonstra a ineficácia das ações da Federação Nacional dos.

Sindicatos Agrícolas (FNSEA, o maior sindicato agrícola francês) no final do verão de 2016 contra a fábrica de Laval, onde se situa a sede da Lactalis, no quadro de um conflito que finalmente levou a um acordo sobre o preço a ser pago às produtoras e produtores. A FNSEA comemorou o resultado das negociações,<sup>73</sup> embora o preço fosse claramente muito baixo.

Já não restam dúvidas sobre a iniquidade dos contratos de leite na atualidade: assédio moral, abuso de dependência económica e entraves à liberdade sindical, entre outros. No campo, o mal já está feito. Quase nenhuma produção envolvida com a Lactalis ousa exprimir a sua opinião. Sem receitas, sem perspectivas para o futuro, cada vez mais isoladas, veem-se agora privadas da sua liberdade de expressão e ação. Para denunciar esta situação, a Confederação Camponesa apresentou, em 2016, queixas contra várias empresas leiteiras, entre as quais a Lactalis, por extorsão, numa dezena de regiões de França.

As ações da Lactalis mostram que é urgente reintroduzir sistemas para regulamentar os mercados do leite e mecanismos que permitam distribuir a riqueza em todos os níveis, reforçando o envolvimento dos poderes públicos. É justamente a inação destes últimos que permite tais práticas abusivas. Os exemplos aqui apresentados ilustram também a importância da criação de grupos de produtoras e produtores independentes das centrais leiteiras para os defender da fragilidade causada pelos contratos impostos pelas transnacionais do agronegócio.<sup>74</sup> No entanto, é importante reconhecer que a inação dos poderes públicos é a causa principal destas práticas. É essencial que os governos controlem as empresas do setor do leite e garantam o cumprimento das regras nacionais e europeias, para proteger as trabalhadoras e trabalhadores, o público e, sobretudo, os recursos produtivos do território. Qualquer revisão da política agrícola comum (PAC) deve necessariamente prever a reintrodução de medidas de gestão do mercado.

68 France 2, “Lactalis: le lait, le beurre et l’argent du beurre”, reportagem censurada, 13 de outubro de 2016. Disponível em: [www.youtube.com/watch?v=jUE11PrGTdY](http://www.youtube.com/watch?v=jUE11PrGTdY).

69 Esta carta foi enviada por Lactalis em 13 de janeiro de 2017 e encontra-se em posse de seu destinatário. Esta carta foi compartilhada com a autora e autor para comprovação da informação contida neste artigo.

70 Monier, Jean-François, “Reportage sur France 2: Lactalis rompt le contrat de producteurs de lait”, *Le Parisien*, 27 de janeiro de 2017. Disponível em: [www.leparisien.fr/flash-actualite-economie/opa-de-lactalis-sur-parmalat-la-consob-rouvre-son-instruction-27-01-2017-6626796.php](http://www.leparisien.fr/flash-actualite-economie/opa-de-lactalis-sur-parmalat-la-consob-rouvre-son-instruction-27-01-2017-6626796.php).

71 *Op. cit.*, nota 67.

72 Para mais informações, veja: [www.buonoonesto.it](http://www.buonoonesto.it).

73 Após a sua ação, a FNSEA, a Federação Nacional dos Produtores de Leite (FNPL) e os Jovens Agricultores afirmaram num comunicado que “a luta legítima dos produtores de leite acabou por dar frutos”. Para mais informações, veja: [www.fnpl.fr/2016/08/fnplfnseaja-accord-lactalis-le-combat-legitime-des-producteurs-de-lait-a-fini-par-payer/](http://www.fnpl.fr/2016/08/fnplfnseaja-accord-lactalis-le-combat-legitime-des-producteurs-de-lait-a-fini-par-payer/).

74 Para mais informações sobre a resistência contra as transnacionais do agronegócio na Somalilândia, veja a Perspetiva “O Movimento das Cooperativas do Leite na Somalilândia: as comunidades pastoras resgatam a soberania alimentar”, nesta edição do *Observatório do direito à alimentação e à nutrição*.